

**Algumas considerações sobre o ambiente econômico brasileiro,
2011-2019: variáveis agregadas**

Some considerations about the Brazilian economic environment, 2011-2019:
aggregate variables

Rodolfo Francisco Soares Nunes¹

Luiz Eduardo Simões de Souza²

RESUMO

Estas notas visam uma breve exposição e comentário de alguns dados agregados da economia brasileira entre 2011 e 2019. Seu intuito é o de formular hipóteses estilizadas acerca da ambientação econômica e inserção internacional do Brasil na presente conjuntura, com vistas a prognósticos sob a perspectiva desenvolvimentista.

Palavras-chave: Brasil. Economia. Desenvolvimento. Inserção Internacional.

1 Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico pelo PPGDSE - UFMA. Professor da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

2 Doutor em História Econômica pelo PPGHE – USP. Professor da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

ABSTRACT

These notes aim at a brief exposition and comment of some aggregated data of the Brazilian economy between 2011 and 2019. Its intention is to formulate stylized hypotheses about the economic environment and international insertion of Brazil in the present conjuncture, with a view to prognoses under the developmentalist perspective.

Keywords: Brazil. Economy. Development. International insertion.

Introdução

Em 2011, poucos analistas traçariam o quadro que hoje retrata a economia brasileira. Não falamos do processo de reprimarização produtiva, inserido em um movimento estrutural de longo prazo, conforme analisado por Consenza (2018), e Consenza e Grabois (2019 e 2021), o qual hoje é assumido como evidência em meio ao senso comum (GALA e CARVALHO, 2020). Tampouco fazemos referência à estratégia de inserção mundial absolutamente equivocada adotada por governos desestabilizados por ou resultantes de um golpe em curso em qualquer iniciativa de desenvolvimento autônomo e equilibrado do país, em direção ao que se considerava um dos principais pólos de uma nova ordem mundial, mais diversa e inclusiva (PREVIDELLI, SOUZA e NUNES, 2020).

O que surpreende mesmo àqueles que previam cenários tempestuosos há uma década é o grau de deterioração de aspectos basilares da economia brasileira, no âmago de suas relações produtivas (SOUZA, PREVIDELLI e SILVA NETO, 2010). Fluxos de riqueza característicos das contas nacionais se veem cada vez mais mitigados e inviabilizados em sua dinâmica. Não apenas o produto interno e seus agregados, mas os fluxos de comércio internacional encontram em oclusão cada vez mais estreita (PREVIDELLI e SOUZA, 2019). Os estoques de riqueza, tanto os efetivos, como as reservas em moeda estrangeira ou a formação bruta de capital, quanto os potenciais, como as reservas naturais, terras disponíveis e o pré-sal, encontram-se em franca liquidação (PREVIDELLI e SOUZA, 2018). Desempregados e desalentados, completamente excluídos da formalidade, sem reconhecimento ou mesmo proteção de um estado de direito, amontoa-se em um contingente que entra a cada nova rodada de política econômica da agenda alçada pelo golpe de 2016, em um país que perde cada vez mais seu caráter nacional, para se comportar como território ocupado.

O intuito das presentes notas é o de apresentar e comentar alguns dados, coletados junto a bases oficiais, que permitem o esboço de alguns traços gerais do ambiente econômico brasileiro na segunda década deste século³. O recorte temporal das séries vai de 2011 a 2019⁴, acrescidas de dados consolidados disponíveis nas mesmas bases referentes aos primeiros meses do ano de 2020, para que se observe o movimento tendencial de longo prazo, de maneira a permitir a incorporação ao quadro analisado dos efeitos das turbulências causadas pela pandemia global.

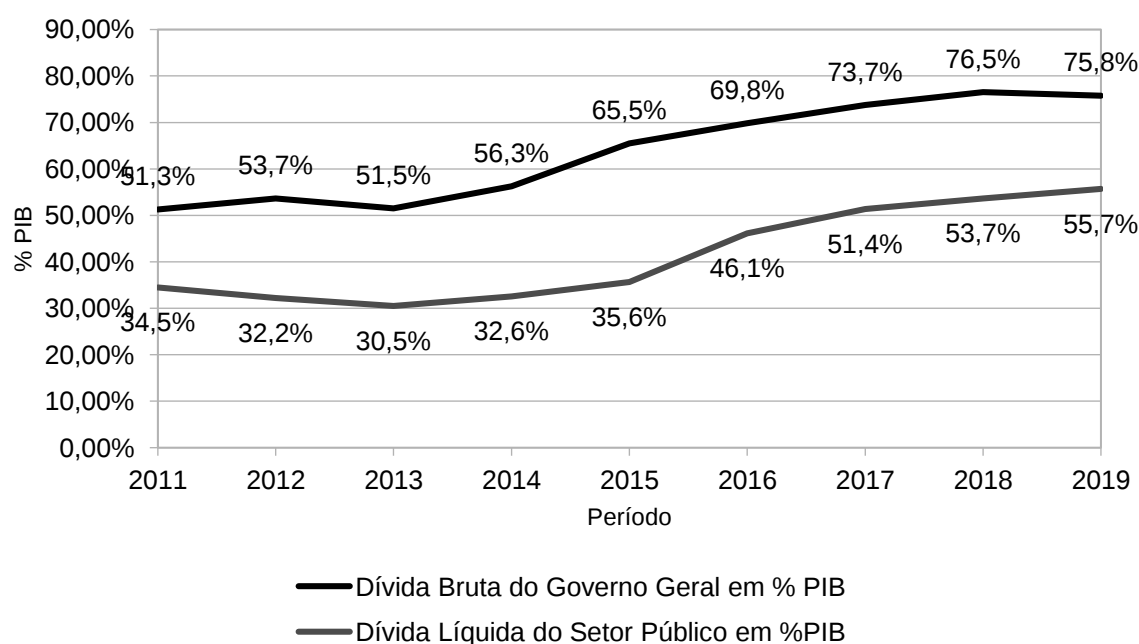
3 Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Banco Central do Brasil (BACEN), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Banco Mundial e Secretaria de Comércio Exterior (SECEX).

4 Com exceção dos dados extraídos da base de dados SIDRA do IBGE, que compila os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), iniciada em 2012.

1. Produto Interno Bruto (PIB)

A primeira variável analisada é o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. O gráfico a seguir compreende o crescimento anual da produção de bens e serviços finais do Brasil ao longo do período, apresenta também o crescimento do PIB mundial e a participação relativa do produto interno brasileiro em relação ao mundial.

Gráfico 1 – Crescimento anual do PIB brasileiro e do PIB mundial e a participação relativa do PIB brasileiro no PIB mundial, 2011-2019



Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados do Banco Mundial.

Primeiramente, observa-se com o gráfico 01 o crescimento do PIB brasileiro em dois momentos distintos. Em 2011 o crescimento do produto foi de aproximadamente 4% - o maior da década - e o que se observa a seguir é uma queda acentuada seguida de uma recuperação estacionada um pouco acima de 1% de crescimento anual.

O desempenho do PIB mundial apresenta uma tendência de queda, mas não tão acentuada como a observada no período 2011-2015 para o Brasil. Em 2019 o crescimento do PIB mundial foi de 2,76%, acima de 1,14% registrado pelo Brasil. Somente no ano de 2011, o crescimento do produto brasileiro superou o mundial. A participação brasileira no crescimento mundial também sofreu oscilação ao longo do tempo, mas a série se encerra no menor patamar da década, 2,48%.

Tabela 1 – Variação percentual Anual das Contas e Indicadores do Produto Interno Bruto brasileiro, de 2011-2019

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Agropecuária	5,6	-3,1	8,4	2,8	3,3	-5,2	14,2	1,4	1,3
Indústria	4,1	-0,7	2,2	-1,5	-5,8	-4,6	-0,5	0,5	0,5
Serviços	3,5	2,9	2,8	1,0	-2,7	-2,2	0,8	1,5	1,3
PIB	4,0	1,9	3,0	0,5	-3,5	-3,3	1,3	1,3	1,1
Consumo das Famílias	4,8	3,5	3,5	2,3	-3,2	-3,8	2,0	2,1	1,8
Consumo do Governo	2,2	2,3	1,5	0,8	-1,4	0,2	-0,7	0,4	-0,4
Formação Bruta de Capital Fixo	6,8	0,8	5,8	-4,2	-13,9	-12,1	-2,6	3,9	2,2
Exportação	4,8	0,7	1,8	-1,6	6,8	0,9	4,9	4,0	-2,5
Importação	9,4	1,1	6,7	-2,3	-14,2	-10,3	6,7	8,3	1,1

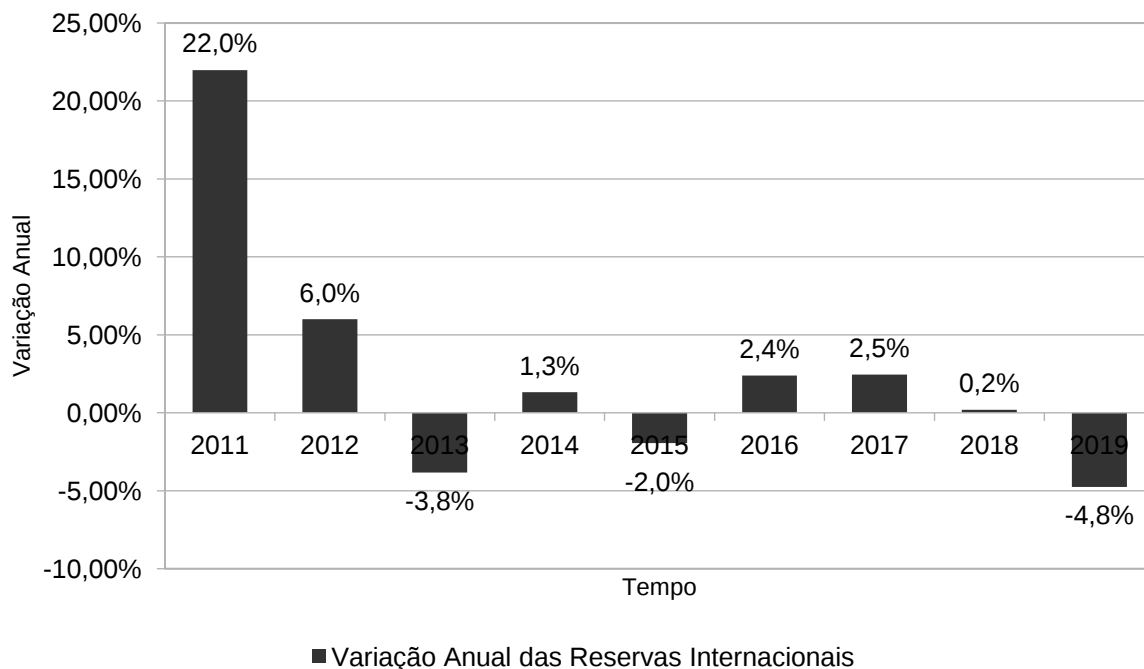
Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados do IBGE

De acordo com a tabela 1, observa-se uma maior variação no total da agricultura. O setor superou o total da indústria e o total de serviços no período total e, de forma mais intensa, no período pós-2016. A maior variação ocorreu em 2017, com um crescimento de 14,2%. O setor da indústria foi o que sofreu as maiores quedas, acumulando um decréscimo de 5,8% em 2015 e de 4,6% em 2016 e nos anos que se seguiram não apresentou uma recuperação. Os resultados refletem um movimento visto desde meados dos anos 1990 na economia brasileira (COSENZA, 2018), o qual parece ter sido ligeiramente atenuado pelo crescimento de outros setores, ligados a um crescimento orientado pela demanda (COSENZA e GRABOIS, 2019 e 2021), durante o referido período.

2. Consumo, Investimento e Poupança

O consumo das famílias, que sustentou o crescimento da economia na década passada (SOUZA, PREVIDELLI e SILVA NETO, 2010), apresentou uma tendência de queda no período, acumulando um decréscimo de 3,2% e 3,8% em 2015 e 2016, respectivamente. De forma mais acentuada, a Formação Bruta de Capital Fixo (FBKF) acumulou resultados negativos durante quatro períodos consecutivos e é o indicador de mais difícil recuperação.

Gráfico 2 – Taxa de Poupança e Taxa de Investimento do Brasil, 2011-2019



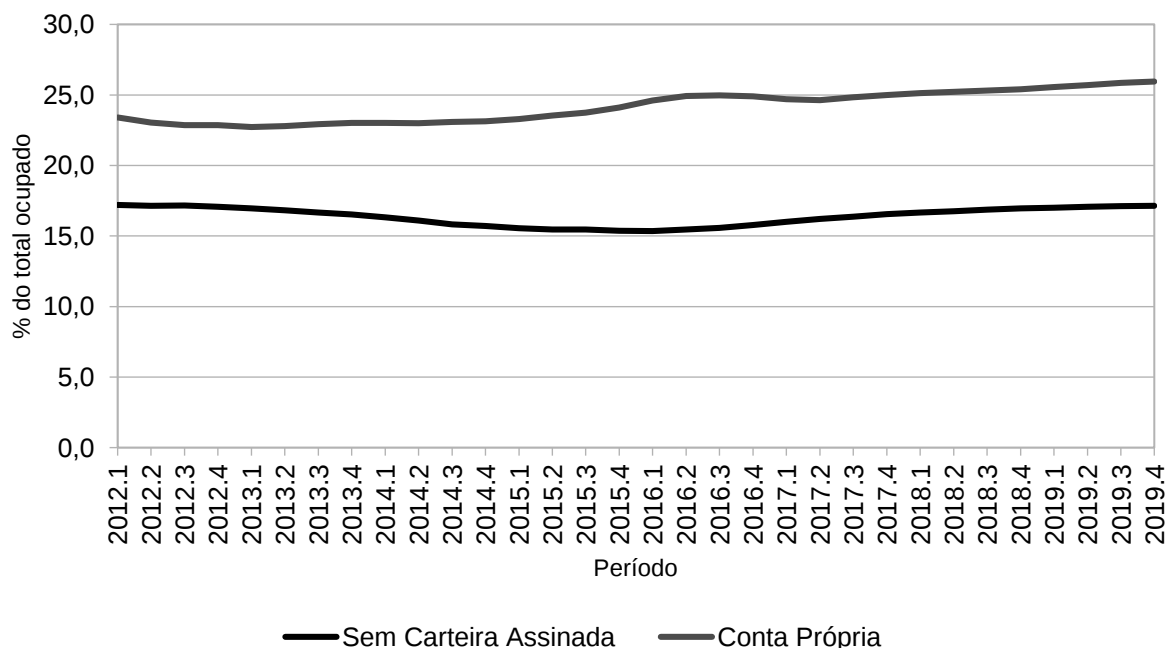
Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados do IBGE

Observa-se através do gráfico 2, uma tendência à queda das taxas de poupança e investimento no período. Segundo o Banco Mundial (2020), em 2011 a taxa de poupança mundial era de 25,2%, o Brasil já apresentava uma taxa inferior ao nível global e após sucessivas quedas no nível de poupança registrou 12,17% em 2019. O último movimento de alta das duas variáveis ocorreu em 2013 e a partir de 2017 para a taxa de investimento, mas permaneceu no nível de 15,11% em 2019. O baixo nível de investimento ajuda a explicar tanto a queda no crescimento como a difícil recuperação observada no período pós-2016.

3. Dívida Pública

Nem todos os indicadores brasileiros apresentam um movimento de queda no período. Há o panorama do endividamento brasileiro, que reflete a capacidade de financiamento da economia nacional para ciclos de investimento público e privado na formação de capital, fomento de atividades produtivas e de expansão do mercado. No gráfico a seguir, apresenta-se a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) e a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) para o período analisado.

Gráfico 3 – Dívida Bruta do Governo Geral e Dívida Líquida do Setor Público em percentual do PIB do Brasil, 2011-2019



Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados do BCB

A Dívida Bruta do Governo Geral compreende o montante de débitos do Governo Federal, dos governos estaduais e municipais firmados com o setor privado, financeiro e resto do mundo, além de operações realizadas pelo Banco Central (BCB/DEPC, 2020). A trajetória da DBGG brasileira no começo da década era de estabilidade em torno de 52% do PIB brasileiro. Após 2013 se inicia uma escalada desse indicador, crescendo 24,25 p.p, alcançando a marca de 75,79% em 2019.

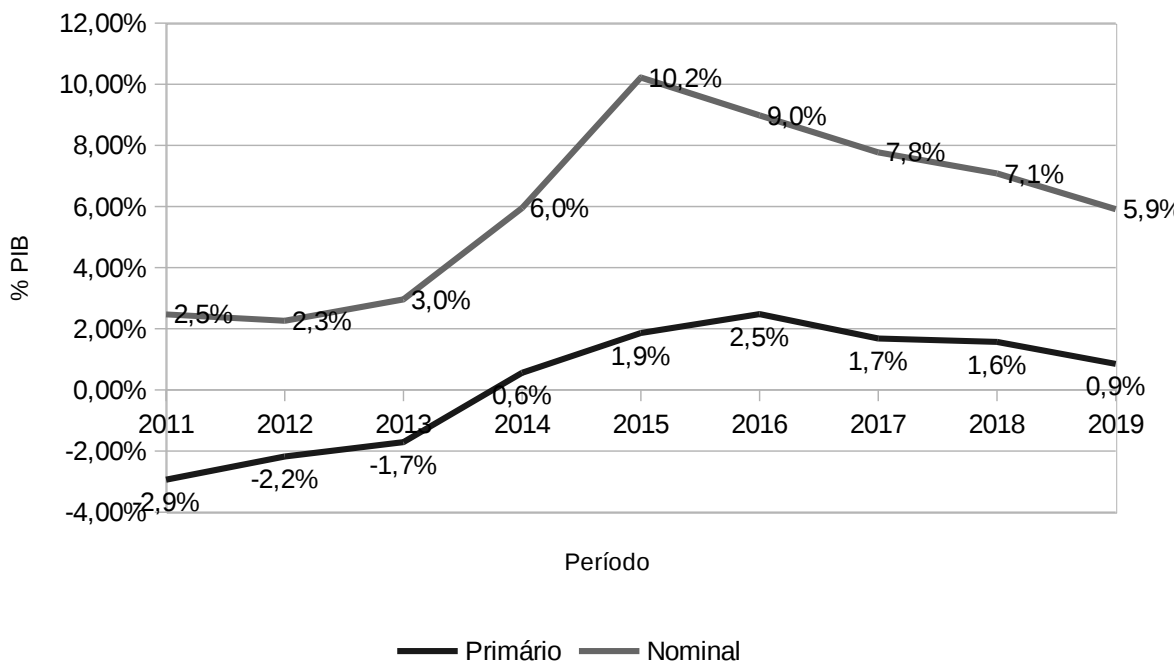
Por sua vez, a DLSP compreende os débitos das administrações diretas federais, estaduais e municipais, suas administrações indiretas o sistema público de previdência social e as empresas estatais não financeiras da esfera federal, estadual e municipal exclusive a Petrobras e Eletrobras. Este indicador apresenta um comportamento semelhante ao anterior, com uma subida significativa após 2015, alcançando 55,70% do PIB em 2019.

Segundo os dados do BCB, a DBGG atingiu a marca de 90,58% do PIB em setembro de 2020, o maior valor já registrado desde que a metodologia foi alterada, em 2007. A Dívida Líquida do Setor Público Consolidado também aumento, chegou a 61,45% do PIB para o mesmo período.

Uma metodologia utilizada para avaliar as políticas fiscais em determinado período é a Necessidade (capacidade) de Financiamento do Setor Público (NFSP). O resultado é obtido através

do confronto entre receitas e despesas primárias em um determinado período. No gráfico a seguir apresenta-se os resultados nominal e primário do Brasil.

Gráfico 4 – Necessidade de Financiamento do Setor Público (Nominal e Primário) em % do PIB, de 2011-2019



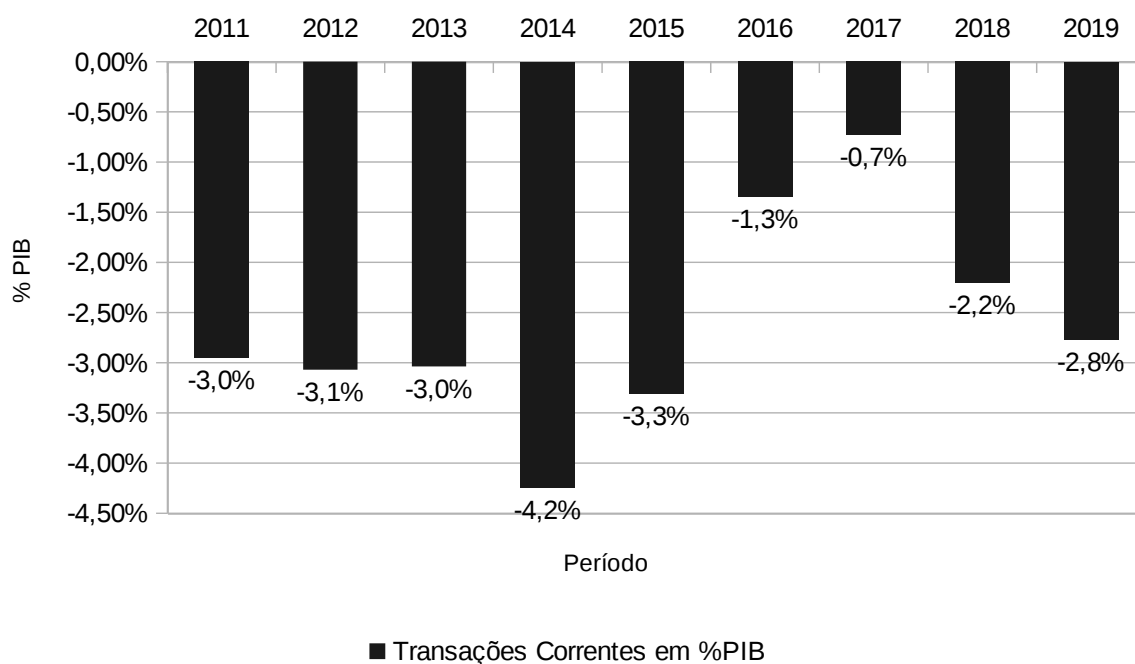
Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados do Banco Central do Brasil

Entre 2011 e 2013, o resultado primário foi superavitário, com tendência decrescente. O que se observa a seguir é uma sequência de períodos com resultado primário deficitário. O resultado nominal, onde estão incluídos os efeitos da correção monetária e cambial no período, apresenta um aumento mais significativo. Ambos apresentam um movimento de queda até 2019. A queda no nível da variável nominal representa, assim, mais uma depreciação da moeda doméstica e realização de resultados do capital financeiro investido do que uma suposta “eficiência” da política fiscal. É importante notar que, de 2017 em diante, o resultado primário se estabiliza em um patamar superior ao de 2011, sem perspectiva aparente de queda em curto prazo.

4. Balanço de Pagamentos

No que se refere ao Balanço de Pagamentos do país, dois pontos precisam ser destacados. O primeiro é o saldo da conta corrente. Uma vez que este engloba a balança comercial, de serviços e as transferências unilaterais.

Gráfico 5 – Transações Correntes em % do PIB do Brasil, 2011-2019

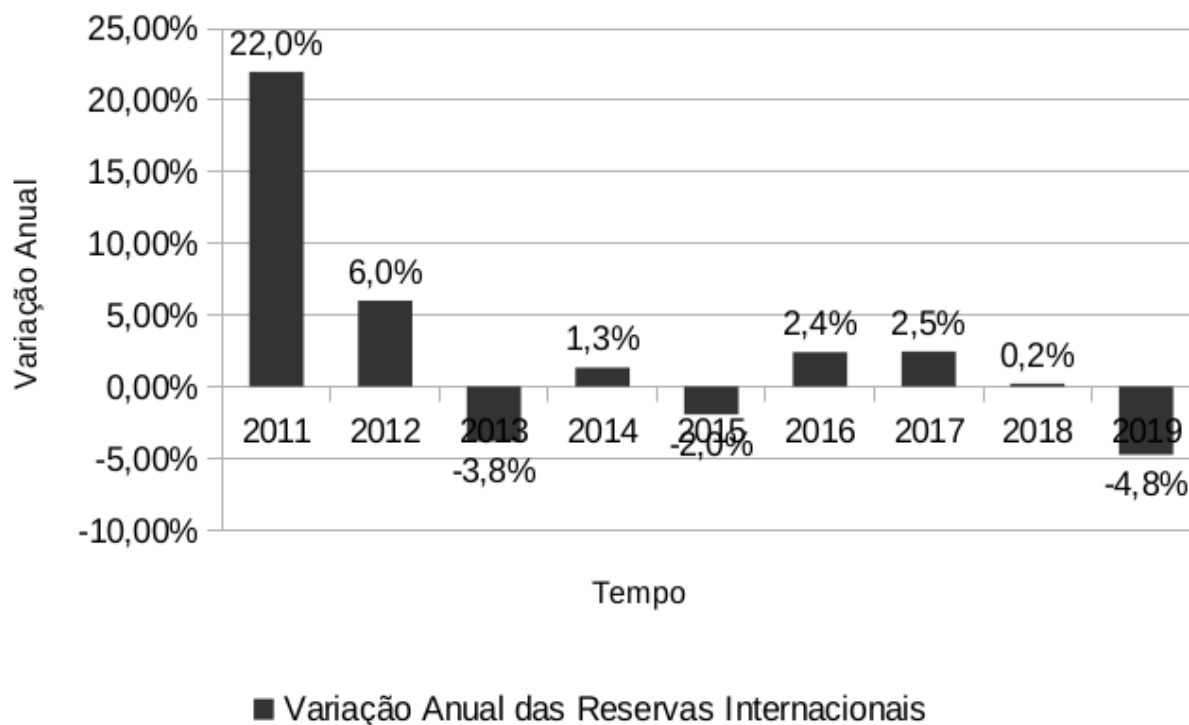


Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados do IPEA

De acordo com o gráfico 5, que demonstra as transações correntes em proporção ao PIB do Brasil, o país vem acumulando um deficit em conta corrente em todo o período analisado, mas com uma diminuição de 2014 a 2017, com seguida elevação para acima dos 2,5% em 2019, patamar próximo ao de 2011. Em um cenário em que a taxa de câmbio tem sofrido desvalorização pesada da moeda nacional desde 2017, a qual não tem sido pior pelo uso intensivo das reservas em moeda estrangeira acumuladas desde 2005, os resultados deficitários das transações correntes mostram apenas um balanço de pagamentos que se “equilibra” ao custo de divisas externas cada vez mais caras por unidade.

O outro ponto diz respeito aos superávits originários do balanço de pagamentos, que constituem as reservas internacionais. Observemos o gráfico a seguir, que apresenta a variação anual desta conta.

Gráfico 6 – Variação anual das reservas internacionais brasileiras, 2011-2019



Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados do IPEA

De acordo com o gráfico 6, nota-se uma reversão no padrão acumulativo de reservas internacionais observado desde 2005. Em 2011 o montante era de cerca de US\$ 352 milhões. Com a redução em 2013, encerra-se um período de 11 anos de variação positiva. O que se verifica desde então é uma variação média próxima de -1%. O resultado reflete o custo da manutenção das transações correntes deficitárias e acusa um desgaste progressivo das reservas em moeda internacional, o que aumenta a vulnerabilidade externa da economia brasileira, estruturalmente dependente de exportações primárias.

5. Comércio Exterior

Outro aspecto importante da relação do país com o resto do mundo é o comércio exterior. São relevantes nesse tópico o volume e dinâmica dos fluxos, as pautas comerciais e a relevância das

parcerias, em participação e caráter estratégico. A tabela 2 apresenta uma relação exportação/importação e a variação anual das duas variáveis no período analisado.

Tabela 2 – Relação Exportações/Importações e variação anual das exportações e importações brasileiras, 2011-2019

Ano	X/M	Var. Anual (X)	Var. Anual (M)
2011	1,13	26,8%	24,5%
2012	1,08	-5,3%	-1,3%
2013	1,01	-0,1%	7,3%
2014	0,98	-7,0%	-4,4%
2015	1,11	-15,1%	-25,2%
2016	1,35	-3,0%	-19,8%
2017	1,44	17,5%	9,6%
2018	1,32	9,9%	20,2%
2019	1,27	-5,8%	-2,1%

Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados do COMEXSTATS

De acordo com a tabela 2, a relação exportações/importações brasileiras em quase todo período foi positiva, quando contrária se aproximou da unidade, além disso, a tendência após 2014 é de alta, o que demonstra um reestabelecimento das exportações do país. Na terceira coluna, pode-se observar a variação anual das exportações, o que ajuda a compreender o movimento da balança comercial. As exportações sofreram variação negativa a partir de 2012, apresentando um decréscimo de 15,1% em 2015. Ao passo que as importações tiveram uma redução drástica a partir de 2014. Tal redução pode ser causada pela diminuição do consumo das famílias ou a taxa de câmbio.

Quanto aos parceiros comerciais do País, algumas pontuações são necessárias. Na tabela 3, estão os principais destinos das exportações e as principais origens das importações brasileiras, como países ou blocos econômicos.

Tabela 3 – Principais Destinos das Exportações e Origens das Importações brasileiras em países e blocos econômicos, 2011-2019

Destino das Exportações									
Parceiros/Ano	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
China	17,3%	17,0%	19,0%	18,1%	18,6%	19,0%	21,8%	26,7%	28,1%
União Europeia - UE	18,7%	18,4%	18,1%	17,0%	16,3%	16,5%	14,7%	16,4%	14,6%
Estados Unidos	10,1%	11,0%	10,2%	12,0%	12,6%	12,5%	12,3%	12,0%	13,2%
Mercado Comum do Sul - Mercosul	10,9%	9,4%	10,2%	9,1%	9,4%	9,9%	10,4%	8,7%	6,5%
Oriente Médio	4,8%	4,8%	4,5%	4,6%	5,2%	5,5%	5,4%	4,1%	4,8%
Origem das Importações									
Parceiros/Ano	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
China	14,5%	15,3%	15,6%	16,3%	17,9%	17,0%	18,1%	19,2%	19,9%
União Europeia - UE	19,0%	19,8%	19,7%	19,0%	19,7%	20,9%	19,7%	18,0%	17,5%
Estados Unidos	15,0%	14,5%	15,0%	15,3%	15,4%	17,3%	16,5%	16,0%	17,0%
Mercado Comum do Sul - Mercosul	8,6%	8,6%	8,0%	7,5%	7,2%	8,4%	7,9%	7,4%	7,3%
Argentina	7,5%	7,4%	6,9%	6,2%	6,0%	6,6%	6,3%	6,1%	6,0%

Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados do COMEXSTATS

O principal ponto a se destacar é a ascensão da China como principal parceiro comercial brasileiro. As exportações para China cresceram quase 11 p.p. de 2011-2019 sendo que o crescimento a partir de 2016 foi de aproximadamente 9 p.p.. Já as importações cresceram menos, 5 p.p., mas ainda assim é o principal fornecedor de mercadorias para o Brasil. Sozinha, a China apresenta um resultado maior que toda a União Europeia e de que parceiros comerciais históricos, como Estados Unidos. Essa informação quantitativa se choca com a estratégia de inserção do governo brasileiro desde 2016, de afastamento das relações com a China e retomada do atrelamento à agenda estadunidense. É de se perguntar a razão pela qual se afasta um parceiro comercial em ascensão e que acrescenta complexidade à economia nacional.

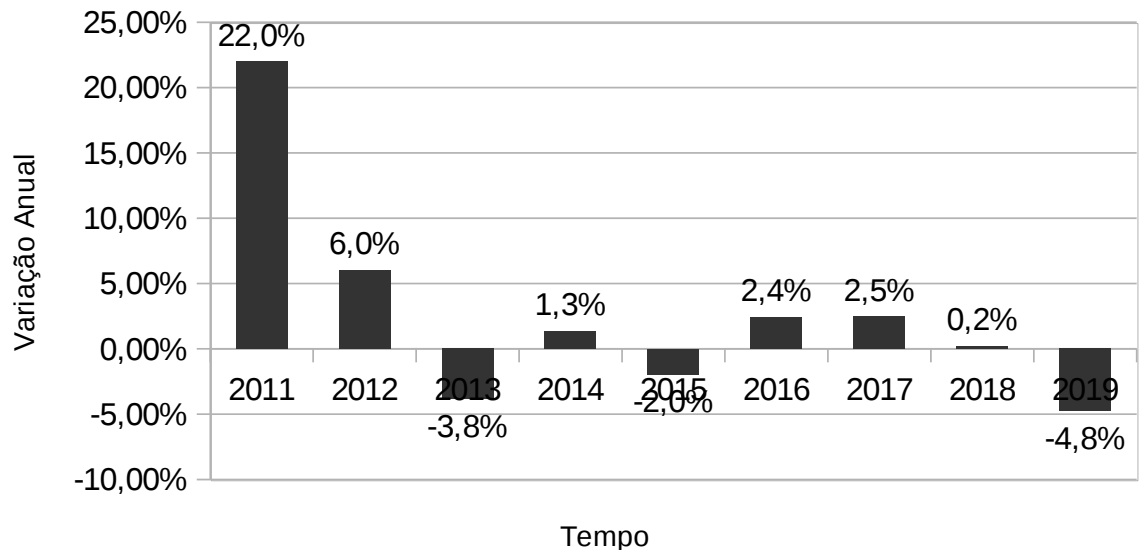
Segundo os dados do COMEXSTATS, base de dados oficial da SECEX, até o mês de outubro de 2020 as exportações para a China já correspondiam a 34,1% do total exportado ao passo que as importações equivaliam a 21,5% do total. Foi o principal parceiro comercial durante o período de pandemia, muito pelo aumento da exportação de soja e pela compra de materiais médico-hospitalares fabricados na China (COMEXSTATS, 2020).

6. Emprego e Distribuição de Renda

Cabe mencionar as mudanças no mercado de trabalho e na distribuição de renda no período analisado. Os dados foram coletados através do SIDRA, base oficial do IBGE, que compreende as

observações trimestrais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC). O gráfico a seguir apresenta os dados referentes à desocupação e desalentados no país.

Gráfico 7 – Média móvel dos 4 últimos períodos da taxa de desocupação e percentual de desalentados do total da força de trabalho e desalentados, 2012-2019



■ Variação Anual das Reservas Internacionais

Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados do IBGE

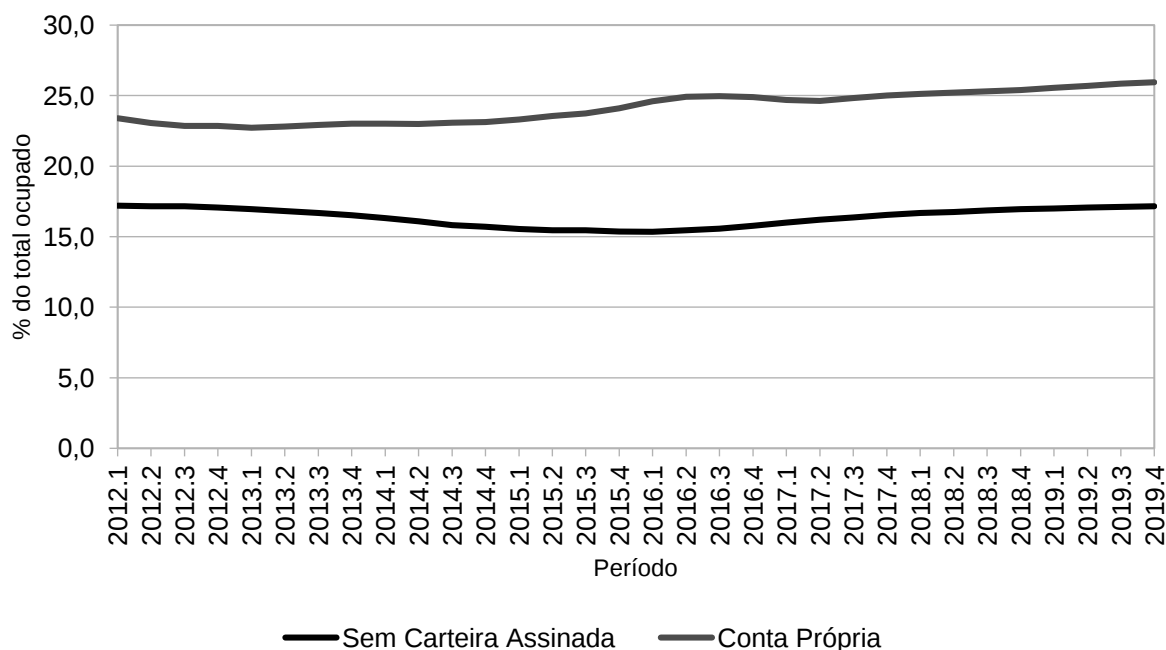
A taxa de desocupação é a proporção de pessoas desocupadas sobre a Força de Trabalho. O último trimestre de 2014 registra o menor valor dessa série que apresenta uma acentuada subida até 2017, mantendo-se próxima a 12%. O mesmo movimento se observa com a proporção de pessoas desalentadas que cresce a partir da metade de 2015, chegando a uma média móvel de 4,3% no último período.

Em 2020, segundo os dados divulgados da PNADC, a taxa de desocupação alcançou o nível de 13,3% no segundo trimestre do ano, o maior valor da série iniciado em 2012. Recorde também atingido pelo percentual de desalentados, ou seja, a proporção de pessoas que desistiram de procurar emprego e não têm esperança de se realocar no mercado de trabalho chegou a 5,6% no mesmo período.

Sobre o percentual não compreendido nessa parcela de desocupados e desalentados, um ponto necessita ser acrescido à análise: o vínculo formal de trabalho. No gráfico a seguir se

apresenta o percentual dos trabalhadores ocupados que não possuem um vínculo formal (carteira de trabalho assinada) ou exercem sua atividade por conta própria.

Gráfico 8 – Média móvel dos últimos 4 períodos do percentual de trabalhadores sem carteira assinada e dos trabalhadores conta própria do total ocupado, 2012-2019



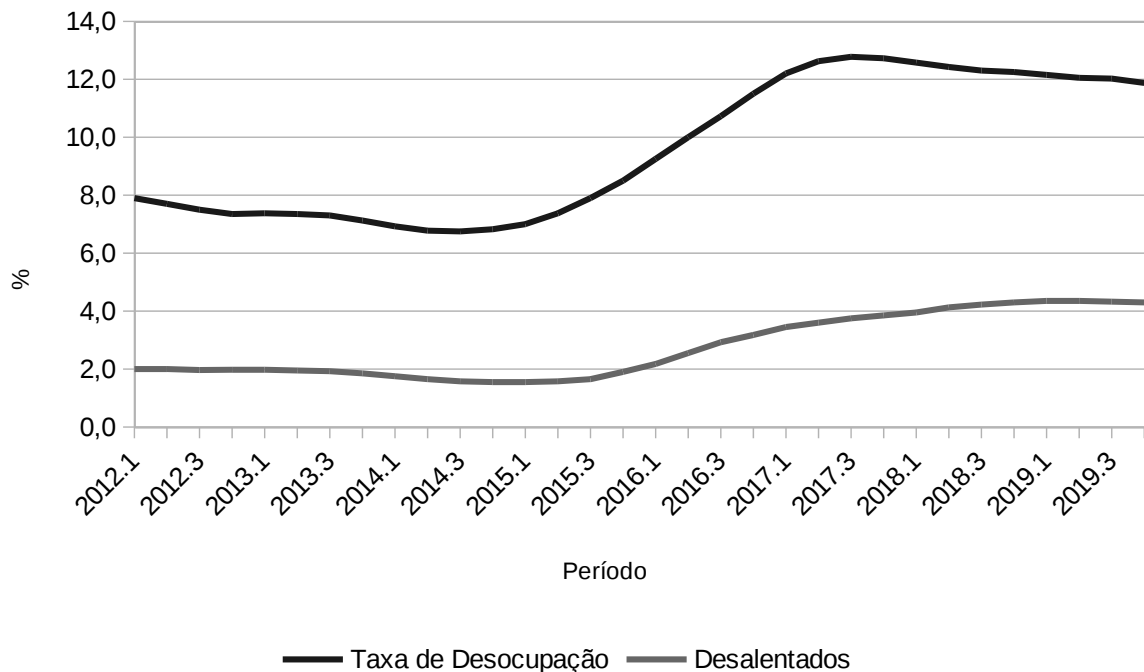
Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados do IBGE.

O percentual de pessoas sem carteira assinada compreende a soma de trabalhadores do setor privado e de domésticos. A média móvel apresenta uma tendência a alta a partir de 2016, onde mais de 17% da população ocupada não possui carteira assinada, sem a proteção social garantida pela formalização do vínculo empregatício, mesmo patamar do início da década. Destaca-se também que 25% da força de trabalho ocupada realiza suas atividades por conta própria.

Em 2020, a média móvel do percentual somado de trabalhadores sem carteira assinada foi de 16,5% e o de trabalhadores por conta própria foi de 26,1%, o maior registro da série, iniciada em 2012.

Um último item a ser pontuado é o percentual da população abaixo da linha da pobreza. Em um país onde apenas 2,7% das famílias acumulavam 20% do total da renda nos anos de 2017 e 2018 (MADEIRO, 2019), a proporção de famílias na pobreza e na extrema pobreza aumentou a partir de 2015, conforme mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 9 – Percentual da população brasileira abaixo de US\$ 5,5, US\$ 3,2 e US\$ 1,9 (PPC 2011)



Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados do IBGE

Para o Banco Mundial, a pobreza pode ser definida através do rendimento médio. Para países com renda-média alta, os ganhos abaixo de US\$ 5,5 são considerados na linha de pobreza. Em países de renda-média baixa, a linha da pobreza é definida em US\$ 3,2. A extrema pobreza é definida em rendimentos abaixo de US\$ 1,9. De acordo com o gráfico 9, houve um aumento significativo em todas as variáveis a partir de 2015.

Em 2014, o Brasil registrava o menor percentual de pessoas abaixo da linha de pobreza, com 4,5% da população. Esse valor chegou a 6,5% em 2018. As pessoas abaixo da linha da pobreza em país com renda-média baixa, como o caso brasileiro, chegaram a compor 12,4% da população. É provável que o auxílio emergencial dado às famílias em função da COVID-19, a partir da metade de 2020 tenha atenuado esse movimento de retorno ao empobrecimento da população brasileira.

7. Algumas considerações

Em cinco anos, de 2015 a 2020, o Brasil sofreu mudanças dramáticas na maneira como se vê, e como é visto pelo resto do mundo. De uma economia em crescimento, com desenvolvimento e redução da pobreza, com protagonismo político em blocos internacionais, passamos estranhamente a reproduzir um script já conhecido pelos países periféricos latino-americanos desde meados do século passado.

Houve rápida e intensa deterioração não apenas na dinâmica interna da economia, o que é visível em seus agregados macroeconômicos mais básicos – produto, consumo, investimento e poupança – mas também em sua capacidade de financiamento, seu grau de vulnerabilidade externa, pauta de exportações (PREVIDELLI, SOUZA e NUNES, 2019), portfólio de relações comerciais internacionais e mesmo nos indicadores básicos de bem-estar econômico de quase a totalidade da população. A causa desses resultados desastrosos está na política econômica adotada desde 2016, em seu caráter liberalizante e destruidor de elementos institucionais das relações sociais produtivas básicas em uma economia. O país perdeu intensividade com parceiros comerciais em ascensão como a China e a Zona do Euro, praticamente desistiu, sem explicação econômica plausível na realidade, do MERCOSUL, estreitando suas relações com os EUA e apostando em uma improvável entrada, via ingerência desse parceiro comercial, na Organização dos Estados Americanos (OEA).

Os resultados quantitativos dessa estratégia possuem eloquência suficiente para tornar qualquer descrição qualificativa um exercício pálido de interpretação. As circunstâncias políticas nas quais essa estratégia se tornou dominante nos centros decisores de política econômica nacional se apresentam como um tema para extensos trabalhos explicativos de analistas, tanto os mais imediatos como os do futuro. Nos encontramos, por hora, em um tempo de desconstrução, ruptura e precarização de estruturas construídas por décadas, ao ponto de terem sido compreendidas por vários analistas como institucionais, o que se revelou equivocado.

É triste, mas forçoso reconhecer que, hoje, o Brasil se encontra na situação de território ocupado, sem prognóstico de reversão desse quadro no curto prazo. Os recursos naturais e instituições encontram-se sequestrados por um conjunto de políticas absolutamente inadequado à lógica do desenvolvimento social e econômico. A população encontra-se na condição de contingente cada vez mais abandonado por um estado cada vez mais ausente, ao ponto da inoperância, para além das funções de proteção da grande propriedade privada e comitê gestor de interesses do capital.

Isto posto, apresentam-se algumas hipóteses, a serem submetidas a exame posterior. Uma primeira consiste na acuidade da escolha de um ajuste de modelo de crescimento a partir da

retração de uma demanda estimulada por mais de uma década. A escolha lógica, do ponto de vista de uma política macroeconômica desenvolvimentista, seria um ajuste na oferta agregada, a partir da eficiência marginal do capital e da produtividade marginal do trabalho, elevando-se o valor agregado deste, pelo aumento de sua capacidade de gerar e agregar valor por unidade de produto. A redução, tanto da capacidade de consumo da demanda agregada, quanto da capacidade de gerar e agregar valor do lado da oferta, característica da política econômica recessiva adotada a partir de 2015 – 6, resultaria em um nível de renda inferior, mas mais propenso a ser concentrado, posto que absorvido com mais facilidade pelo setor financeiro. Essa opção de política econômica também teria como resultado a redução da complexidade da economia brasileira, indo na contramão de uma eventual estratégia desenvolvimentista.

Outra hipótese para exame posterior consiste no chamado “conflito distributivo”. Brasil e América Latina, é preciso afirmar, possuem um histórico de rupturas institucionais dadas em momentos em que o conflito distributivo se mostra mais acirrado, demandando mudanças mais acentuadas na estrutura de posse dos meios produtivos e distribuição do produto socialmente gerado. Frente à possibilidade de ajustes na estrutura tributária, fundiária, ou mesmo de queda em ganhos rentistas, as classes feitoriais latino-americanas, nas quais se inclui a brasileira, prefere a destruição do ambiente econômico vigente, da estabilidade das relações sociais produtivas, e mesmo a perda de qualquer autonomia de política de desenvolvimento endógeno, atrelando-se à pauta metropolitana, que confere o grosso do apoio financeiro e logístico ao golpe, que surpreende inexoravelmente uma população desavisada de sua história. Uma estratégia futura de desenvolvimento endógeno e autônomo tem o dever imperioso de contornar esse impasse.

Uma última hipótese a ser apresentada ao final dessas notas reside no caráter errático de atrelar-se a estratégia de inserção internacional do Brasil em um modelo unipolar, em relação assimétrica. A estratégia adotada entre 2003 e 2015, caracterizada pelo multilateralismo, atuação ativa e assertiva, com a construção de redes internacionais de diálogo com parceiros ascendentes no cenário mundial mostra-se mais adequada aos interesses desenvolvimentistas do que a adotada desde 2016.

O que parece se apresentar à reflexão não seria exatamente um retrocesso ou caráter errático no que se conceberia como o desenvolvimento na roda da história, mas o efeito de políticas secularmente negligenciadas ou subtraídas desse desenvolvimento. Promover o crescimento econômico, o acesso ao consumo, a inserção internacional, levando em consideração a natureza desse crescimento, a composição e origem desse consumo ou o papel a se assumir no mercado global, a partir de uma estratégia desenvolvimentista, geradora de complexidade econômica, tanto

na produção como na distribuição do valor agregado, são tarefas que se acumulam a outras ainda mais antigas e profundas, como a resolução do conflito distributivo, da estrutura altamente concentrada de posse dos meios produtivos e da herança escravista, o que extrapola mesmo as relações produtivas.

Referências

Banco Central do Brasil (BCB). Sistema Gerenciador de Séries Temporais (SGS), 2020. Disponível em:
<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries> Acesso em: 31 out. 2020.

Banco Mundial (BM). World Bank Open Data: Free and open access to global development data, 2020. Disponível em: <https://data.worldbank.org/> Acesso em: 31 out. 2020.

COMEXSTATS. Base de dados da Secretaria de Comércio Exterior Brasileiro (SECEX), 2020. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home> Acesso em: 31 out. 2020.

COSENZA, A. *Calibã se liberta: o setor externo da economia brasileira, 1999 – 2013*. Tese de Doutorado em História Econômica. Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo, 2018.

COSENZA, A. C.; GRABOIS, I. . Crescimento Dependente: aspectos do ciclo de crescimento econômico brasileiro entre 2001 e 2011. REVISTA DE ECONOMIA POLÍTICA E HISTÓRIA ECONÔMICA, v. 41, p. 96-118, 2019.

COSENZA, A. C.; GRABOIS, I. . O Brasil entre duas crises: crescimento econômico, desemprego e rearranjo político, 2010 e 2018. REVISTA DE ECONOMIA POLÍTICA E HISTÓRIA ECONÔMICA, v. 45, p. 119-148, 2021.

GALA, P. e CARVALHO, A. *Brasil, uma economia que não aprende: novas perspectivas para entender nosso fracasso*. São Paulo: edição do autor, 2020.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). SIDRA: Sistema IBGE de Recuperação Automática. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), 2020. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pnadct> Acesso em: 31 out. 2020.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Ipeadata, 2020. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx> Acesso em: 31 out. 2020.

PREVIDELLI, M; SOUZA, L. Changes in Foreign Direct Investment in Brazil in the Twenty-First Century. Management and Economics Research Journal, v. 5, p. 1, 2019.

PREVIDELLI, M; SOUZA, L. Environmental Policy in Brazil after the 2016 Coup: An Analysis of Government Expenditure. Management and Economics Research Journal, v. 4, p. 233-241, 2018.

PREVIDELLI, M; SOUZA, L; NUNES, R. Mudanças na estratégia de inserção internacional do Brasil no início do século XXI. Mundo e Desenvolvimento, v. 2, p. 157-175, 2019.

SOUZA, L; PREVIDELLI, M. ; SILVA NETO, J. G. da . A Economia Brasileira e a Crise Econômica Mundial. Revista de Economia Política e História Econômica, v. 23, p. 5-25, 2010.